



ACORDOS INTERNACIONAIS

BRASÍLIA, OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

(redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)

“Art. 85-A. Os tratados, convenções e outros acordos internacionais de que Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes, e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial.”

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de cobertura previdenciária além-fronteiras

GLOBALIZAÇÃO

MIGRAÇÕES

LIVRE COMÉRCIO

TRABALHADORES



CONTEXTUALIZAÇÃO

- Expressivo número de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil;
- Globalização - cenário de crescimento das migrações internacionais no futuro e necessidade de coordenação entre os sistemas de Seguridade Social;
- Necessidade de proteção previdenciária de brasileiro no exterior;
- Mecanismo de política externa e integração com os demais países;

PONTOS RELEVANTES PARA A DECISÃO DE FIRMAR ACORDOS INTERNACIONAIS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Ampliação da cobertura de proteção social;
- Fluxos migratórios atuais ou passados;
- Existência de fluxos de investimentos internacionais significativos entre ambos países;
- Elevado volume de comércio exterior;
- Fluxo de deslocamentos temporários de trabalhadores entre os países e a conveniência de evitar-se a dupla contribuição previdenciária.

ESTRANGEIROS NO BRASIL & BRASILEIROS NO EXTERIOR

- Existem no Brasil cerca de 850 mil estrangeiros cadastrados e em situação regular, de acordo com dados do ano de 2010 fornecidos pela Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiros – DICRE do Departamento de Polícia Federal – DPF.
- O número de brasileiros no exterior está estimado em 2.547.079, de acordo com o documento “Diplomacia Consular 2007-2012” publicado pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores - MRE.

OBJETIVOS DOS ACORDOS

- Inserem-se na política externa brasileira, conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores e resultam dos esforços do Ministério da Previdência Social e dos entendimentos diplomáticos entre governos;
- Proporcionam a totalização dos período de contribuição no Brasil e nos países acordantes para fins de concessão de benefícios em um ou mais países, sempre proporcionalmente ao respectivo tempo de contribuição;
- Protegem os direitos previdenciários dos trabalhadores migrantes;
- Evitam dupla-contribuição previdenciária em relação aos trabalhadores temporariamente transferidos.

PREVISÃO DE COBERTURA

O Acordo será aplicado a pessoas que estejam ou tenham estado sujeitas a legislação de um Estado Contratante, assim como seus dependentes.

OBJETO MATERIAL DOS ACORDOS

Os Acordos Internacionais de Previdência Social são os instrumentos jurídicos que têm por fim assegurar proteção social aos trabalhadores envolvidos em movimentos migratórios e, normalmente, preveem:

a) totalização dos períodos contributivos, especialmente para as prestações relacionadas com a velhice, a invalidez e a morte;

b) regras para a apuração do valor teórico com base no total dos períodos contributivos e para o cálculo do valor da prestação devida “pró-rata tempore”;

c) regras especiais de filiação dos trabalhadores nos casos de deslocamentos para o desempenho de atividades temporárias.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DOS ACORDOS

A título de exemplo,
todos os Acordos preveem:

- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;



ACORDOS EM VIGOR

- Alemanha
- Bélgica
- Canadá
- Cabo Verde
- Chile
- Coreia
- Espanha
- França
- Grécia
- Luxemburgo
- Itália
- Portugal
- Japão
- MERCOSUL
- IBERO-AMERICANO

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- **Brasil / Luxemburgo** – a partir de 1/8/1967
- **Brasil / Itália** – a partir de 5/8/1977
- **Brasil / Cabo Verde** – a partir de 7/2/1979
- **Brasil / Grécia** – a partir de 1/9/990
- **Brasil / Espanha** – a partir de 1/12/1995
- **Brasil / Chile** – a partir de 1/3/1996

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- **Brasil / Japão** – a partir de 1/3/2012
- **Brasil / Alemanha** – a partir de 1/5/2013
- **Brasil / Portugal** (revisão) – a partir de 1/5/2013
- **Brasil / Canadá** - a partir de 1/8/2014
- **Brasil / França** - a partir de 1/9/2014
- **Brasil / Bélgica** - a partir de 1/12/2014
- **Brasil / Coreia** - a partir de 1/11/2015

Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)



- Vigência: a partir de junho de 2005.
- Aplicação ao Regime Geral de Previdência Social, sendo o texto do Acordo redigido de forma a não excluir o funcionalismo público.
- Benefícios previstos no Acordo: por idade, por invalidez, por morte, por incapacidade temporária e assistência médica (em deslocamento temporário).
- Possibilidade de aproveitamento de tempo contributivo de outros países que possuem acordo com pelo menos um dos Estados-Partes.
- Permite coordenação dos regimes de capitalização individual.
- Operacionalização: utilização de *software* desenvolvido pela DATAPREV para transferência de informações e validação de dados.

CONVENÇÃO MULTILATERAL IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL

- Assinatura: 08 de novembro de 2007.
- Benefícios previstos no Acordo: aplica-se a legislação relativa aos regimes de Previdência Social, em razão de velhice, invalidez, morte, acidente de trabalho e doença profissional.
- Mantém em vigor os acordos bilaterais e multilaterais já existentes entre os Estados Partes.
- As solicitações de benefícios devem ser analisadas e concluídas no âmbito do Acordo que for mais vantajoso para o segurado/beneficiário.
- Entrou em vigor em 19 de maio de 2011, quando 7 países concluíram o processo de ratificação e o depositaram na sede da OISS (Madri).

CONVENÇÃO MULTILATERAL IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL

22 Países fazem parte da Convenção IBERO-AMERICANA:

- Países cujo Acordo se encontra em vigor:

No ano de 2010 – Espanha;

No ano de 2011 – Bolívia, Brasil (19 de maio),
Chile, Equador, Paraguai e Uruguai;

No ano de 2012 – El Salvador; e

No ano de 2013 - Portugal

- Faltam ratificar o Acordo: Andorra, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela.

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO

- **Brasil/Quebec** – em processo de troca de notas
- **Brasil/Luxemburgo** (revisão) – no Congresso Nacional
- **Brasil/Espanha** (revisão) – no Congresso Nacional
- **Brasil/Suíça** – na Casa Civil
- **Brasil/Estados Unidos** – na Casa Civil
- **CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**
(*Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste*) – elaboração da EMI

ACORDOS AGUARDANDO ASSINATURA

- **Brasil/Cabo Verde** – negociação em 2009
- **Brasil/Moçambique** - negociação em 2011
- **Brasil/Israel** – negociação em 2014
- **Brasil/Austria** - negociação em 2015
- **Brasil/Bulgária** - negociação em 2015

ACORDOS EM ESTÁGIO PRELIMINAR DE APRECIÇÃO

- Austrália
- Eslovaquia
- Índia
- Irlanda
- Noruega
- Líbano
- República Tcheca
- Síria
- Suécia
- Ucrânia

ACORDOS EM NÚMEROS

Meta MPS: Até final 2019:

* Atingir 91% de cobertura previdenciária

Até o final de 2015:

*Qtde de Acordos Negociados: 22

*Percentual de cobertura: **88,70 %**

*Qtde de Acordos em vigor: 15

*Percentual de cobertura: **40,89 %**

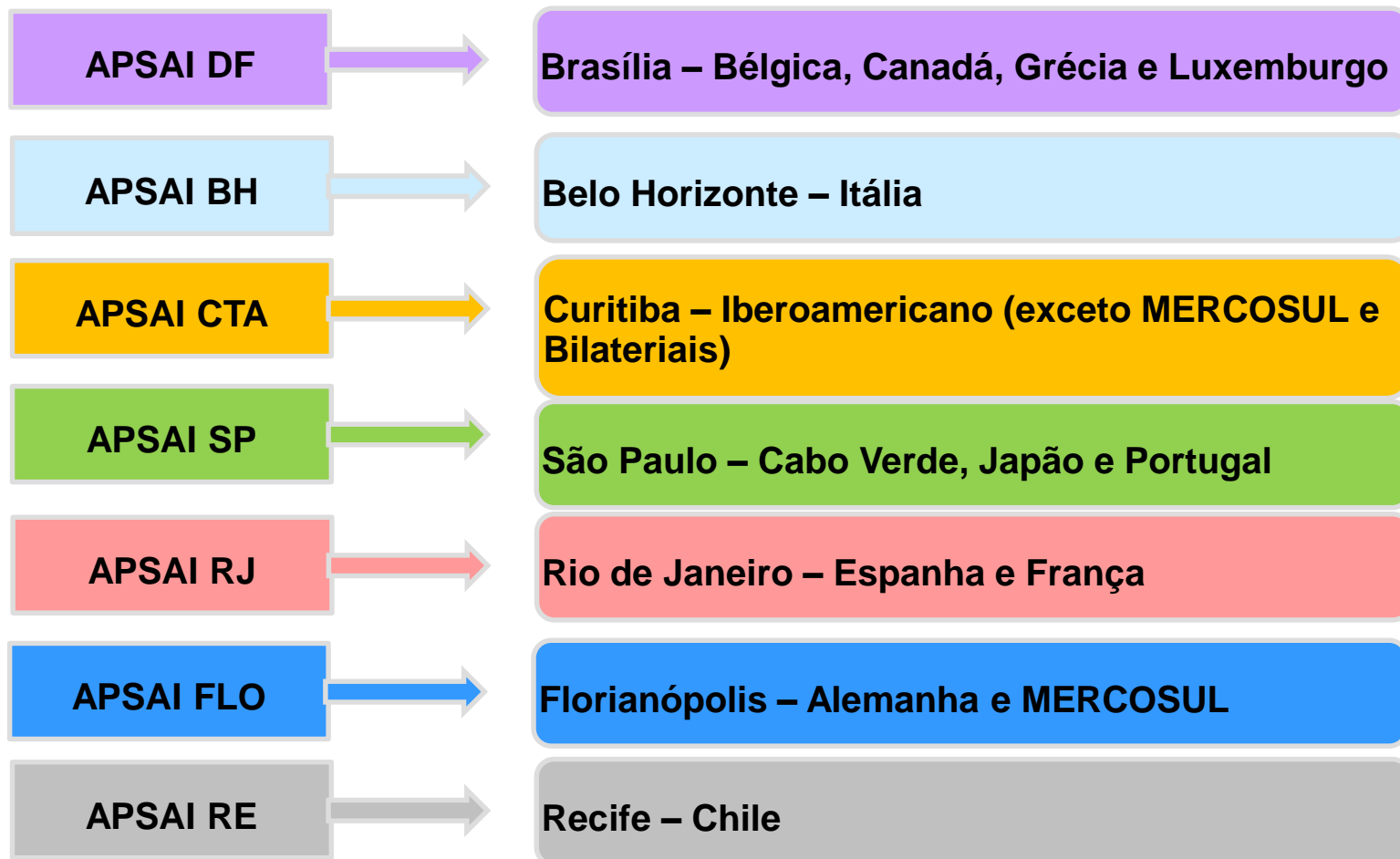
* Acordos que aguardam a entrada em vigor (**em letra azul**)

PAISES QUE BRASIL JÁ NEGOCIOU ACORDOS		
Países	Nº brasileiros	Porcentagem
Nº total de países: 192	3.122.813	100,00%
Estados Unidos	1.388.000	44,45%
Mercosul (Arg+Par+Urug)	267.235	8,56%
Japão	230.552	7,38%
Espanha	158.761	5,08%
Portugal	136.220	4,36%
Iberoamericano (*)	104.863	3,36%
França+ Guiana	98.010	3,14%
Alemanha	91.087	2,92%
Itália	85.000	2,72%
Belgica	60.000	1,92%
Suiça	57.500	1,84%
Canadá + Quebec	30.146	0,97%
CPLP	20.699	0,66%
Israel	20.000	0,64%
Chile	10.600	0,34%
Moçambique	3.500	0,11%
Austria	3.011	0,10%
Grecia	3.000	0,10%
Coreia	1.248	0,04%
Cabo Verde	350	0,01%
Bulgaria	55	0,00%
Luxemburgo	???	0,00%
TOTAL	2.769.782	88,70%
(*) Sem Mercosul e sem Portugal, Espanha e Chile		

OPERACIONALIZAÇÃO DOS ACORDOS

Organismos de Ligação: órgãos designados pelos Estados contratantes para se comunicarem entre si e assegurarem a efetiva aplicação do Acordo.

ORGANISMOS DE LIGAÇÃO NO BRASIL



COMO REQUERER APLICAÇÃO DO ACORDO

- Residentes no Brasil - O interessado apresenta o pedido de benefício (inclusive da legislação do outro País) ou de deslocamento temporário na Unidade/Agência do INSS mais próxima de sua residência ou de sua preferência;
- Residentes no Exterior – Os requerimentos de benefícios de segurados residentes no país acordante, serão enviados pelos Organismos de Ligação dos países acordantes;
- Maiores informações podem ser obtidas no:
 - PREVnet – www.previdencia.gov.br;
 - PREVfone – 135.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os Acordos Internacionais, os Ajustes Administrativos e formulários acordados entre o Brasil e os países acordantes estão disponíveis no endereço eletrônico:

www.previdencia.gov.br

selecionar o link “assuntos internacionais” e, após, “Acordos, Ajustes e formulários”.

ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Ministério da Previdência Social

internacional@previdencia.gov.br